

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL

A(o) Doutor(a) Alexandre Felix da Silva, D. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Lins/SP, nos termos dos arts. 879 e seguintes do Código de Processo Civil e Resolução 236/16 do Conselho Nacional de Justiça, faz saber a todos que será realizado Leilão Judicial Eletrônico do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). Os lances serão captados, exclusivamente, pela plataforma eletrônica www.webleiloes.com.br, sendo conduzido pelo Leiloeiro Oficial Tiago Tessler Blecher.

INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

PROCESSO Nº 1001659-75.2016.8.26.0322

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços

EXEQUENTE(s): Fundação de Crédito Educativo Fundacred

EXECUTADO(s): Isabella Larissa Soares; Expedito Costa Pacheco

TERCEIRO(s): Hilda de Paula Pacheco; Prefeitura Municipal de Lins/SP

DÉBITO DOS AUTOS: R\$45.233,45 (novembro/2025) - Fls. 890.

PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS: Nada consta.

RECURSOS PENDENTES DE JULGAMENTO: Nada consta.

BEM(NS) PENHORADO(S)

DESCRIÇÃO DO BEM: Lote 10-B – Situado nesta cidade e comarca de Lins/SP, no Jardim União, de formato irregular, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 9,90 metros para a Rua Mem de Sá, lado par da numeração predial; lateral direita com 10,20 metros confronta-se com o lote 09 da quadra; fundos de 10,00 metros confronta-se com os lotes 06 e 07; lateral esquerda com 15,098 metros, confronta-se com o lote 10-A; perfazendo assim uma área de 125,22 metros quadrados. Consta na AV.05 a restrição urbanística do loteamento exclusivamente residencial. **Contribuinte nº 02-294.018-000.**

PROPRIEDADE OU DIREITOS: Propriedade.

MATRÍCULA IMOBILIÁRIA: 17.019 - CRI de Lins/SP.

ÔNUS: AV.06 Penhora Exequenda.

DOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Consta débitos tributários até a data de confecção deste edital no importe de R\$3.622,35 (setembro/2022) - Fls. 630/631. Em caso de arrematação, os débitos tributários sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, nos termos do art. 130, parágrafo único, do CTN.

VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$35.000,00 (maio/2019) - Fls. 181.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$49.935,74 (janeiro/2026), que será atualizado à época da alienação, conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP, no auto de arrematação.

DO LEILÃO

1ª PRAÇA: De **09/03/2026 às 14:00** até **12/03/2026 às 14:00** valor igual ou superior ao da avaliação;

2ª PRAÇA: De **12/03/2026 às 14:01** até **01/04/2026 às 14:00** mínimo de **75%** do valor de 1ª Praça, nos termos do art. 843 do CPC e decisão de fls. 895/897.

CONDIÇÕES DE VENDA: O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m), em caráter “ad corpus”, sem garantia, cabendo ao interessado verificar previamente suas condições.

COMO PARTICIPAR: Os interessados deverão se cadastrar no site www.webleiloes.com.br e enviar a documentação exigida. Os lances serão ofertados exclusivamente pela plataforma. Caso seja registrado novo lance dentro dos três minutos anteriores ao encerramento, o prazo será automaticamente prorrogado por mais três minutos, garantindo igualdade de oportunidade a todos os participantes.

PAGAMENTOS: Através de guia de depósito judicial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do encerramento da praça, que será enviada pelo leiloeiro, via e-mail. O leiloeiro fará jus à comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser paga diretamente pelo arrematante, não estando incluída no valor do lance.

PARCELAMENTO: Pagamento de ao menos 25% do lance à vista, com o saldo em até 30 (trinta) meses, art. 895, incisos I e II do CPC. A proposta de pagamento à vista terá sempre preferência sobre as propostas parceladas, art. 895, §7º do CPC.

DO INADIMPLEMENTO: Em caso de inadimplemento ou desistência imotivada do arrematante/proponente, será aplicada multa de 5% sobre o valor da arrematação, em favor do leiloeiro. O leiloeiro poderá emitir título de crédito, promovê-lo a protesto e executá-lo, nos termos do art. 39 do Decreto nº 21.981/32.

PROPOSTAS: Caso o bem não seja arrematado durante o 1º e 2º leilão, fica autorizada a captação de propostas pelo prazo de 10 dias após o encerramento do 2º leilão, sendo submetidas à apreciação do Juiz.

MEÇÃO: Nos termos do art. 843 do CPC, tratando-se de penhora de bem indivisível, a quota-parte do coproprietário ou cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação. O coproprietário ou cônjuge não executado terá preferência na arrematação, em igualdade de condições.

SUSTAÇÃO/CANCELAMENTO: Nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução nº 236/2016 do CNJ, caso a(s) praça(s) seja(m) cancelada(s) ou suspensa(s) após a publicação do edital — inclusive por pagamento, remição ou acordo — o executado deverá reembolsar as despesas comprovadas, incluindo a comissão do leiloeiro, fixada em 5% do valor destinado à satisfação da execução. Se tais atos ocorrerem após a arrematação, será devida ao leiloeiro comissão de 5% sobre o valor arrematado. O ressarcimento, de responsabilidade exclusiva do executado, poderá ser garantido por penhora do próprio bem.

INTIMAÇÃO/PUBLICAÇÃO DO EDITAL: Presumem-se intimadas as partes e demais interessados por meio deste edital, quando não for possível a intimação no endereço dos autos ou na pessoa de seus procuradores, sendo dispensada a intimação pessoal. O presente instrumento vale como Edital de Intimação de Hasta Pública, nos termos dos arts. 274, parágrafo único, e 889, parágrafo único, do CPC.

São Paulo, 28 de janeiro de 2026.

Dr. (a) Alexandre Felix da Silva

Juiz (a) de Direito